



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

Roberto Brandão Araújo

**A Teoria da Dependência, a Cooperação Sul-Sul e as relações geoeconômicas  
entre a China e a América Latina.**

Belo Horizonte

2014

**Introdução:**

As relações entre a China e a América Latina, especialmente nos últimos e no que tange a aquisição de commodities e petróleo pela China, dentro do contexto da Cooperação Sul-Sul, e principalmente o escopo que esses elementos desempenham dentro das relações envolvendo as relações energéticas entre esses dois países, perfazem um papel essencial na análise que traçaremos.

O Crescimento e o Desenvolvimento da China em escalas marcantes nos últimos anos têm levado o país a uma corrida ao petróleo e outros recursos energéticos. Nessa busca, a China tem se alinhado com os países do eixo do Sul, em especial, países Africanos e Latino Americanos. E dentro desse contexto, a teoria da dependência e a cooperação sul-sul tem sido marcantes na análise dessas relações entre a China e os países do hemisfério sul.

Os BRICS são talvez, o melhor exemplo prático com excelentes resultados do que a Cooperação Sul-Sul pode produzir, dentro do contexto de que países do hemisfério sul devem se unir e buscar a cooperação com o intuito de desenvolvimento. E dentro desse paradigma, as relações geoeconômicas entre os países dos BRICS e em especial entre a China e a América Latina trazem traços marcantes.

A China é a maior importadora de commodities e petróleo dos países do Sul e sua relação com a América Latina é cada vez mais crescente, sendo que as trocas comerciais e os investimentos na área de energia e em especial petróleo no Brasil mostram o quanto o eixo desenvolvimentista do Sul tem ganhado força e como esses países se destacam cada vez mais no cenário internacional e no sistema internacional.

Toda essa nova política de cooperação entre os países do sul, corrobora com a oitentista Teoria da Dependência e dos estudos desenvolvimentistas dessa década, iniciados em 68 com a CEPAL. Ao termos noção de que os países tem esse objetivo de cooperação dentro do capitalismo em expansão e que é necessário uma melhor cooperação entre eles para sua alçada ao desenvolvimento, ou mais especificamente, a se tornarem grandes potências, passamos a compreender melhor a Cooperação Sul-Sul.

**Cooperação Sul-Sul e as relações geoeconômicas entre China e América Latina.**

Cumpramos inicialmente teorizarmos o que seria a Cooperação Sul-Sul para depois adentrarmos ao mérito dessa entre a China e a América Latina. A Cooperação

Internacional tem dois campos díspares de análise, o chamado Neorealista e o Liberal Institucionalista.

No campo Neorealista, especificamente na ótica de Waltz, os Estados, erigidos a escalada de atores racionais, constituídos num sistema anárquico e tendo como uma de suas características a auto-ajuda, procuram perseguir seus próprios interesses. Portanto, a regra é a auto-ajuda, sendo a cooperação, uma exceção. Isso por que o neorealismo foca nas interações entre as unidades dentro da estrutura, e sendo essa estrutura estática, o neorealismo vê relações mais rígidas na busca pelo poder, afetando assim, a balança do poder. Sendo assim, a cooperação pode se dar por dois motivos, na visão de Waltz. Primeiramente visando ganhos relativos, pois como juiz final de sua causa, o Estado, no sistema anárquico de auto ajuda buscará sempre ganhar mais do que os outros. O Estado teme a cooperação por que a ideia de ganho mutuo pode significar ao final que o outro Estado leve mais, sendo que os ganhos assimétricos não são bem vindos. O segundo motivo é o medo da dependência que é a gênese da auto-ajuda, pois torna-se dependente de outro Estado é trilhar o caminho da destruição.

A outra ótica é a liberal institucionalista, tendo como tapume acadêmico a obra de Robert Keohane e Joseph Nye que suscita a interdependência, chegando ao conceito de interdependência complexa, donde ao final concluímos que a cooperação, ainda que não tão simples quanto possa parecer ser, se aflora em termos diferentes dos defendidos pelos Neorealistas. Segundo Patrícia Soares Leite:

A interdependência não supõe situações de dependência mútua equilibrada. Os países encontram-se assimetricamente situados na dependência dos fatores, o que proporciona a alguns ascendência maior sobre os demais. Aqueles menos dependentes dispõem da possibilidade de converter as *relações interdependentes assimétricas* em *fontes de poder* na negociação sobre um ou mais temas, permitindo-lhes um controle maior sobre os resultados. (LEITE, 2011, PÁG. 22)

A interdependência produz dois efeitos custos, a sensibilidade, que mede os custos causados a um Estado pelas suas interações externas e a segundo efeito custo é a vulnerabilidade que mensura os custos do impacto da influência externa. Ainda sim, a conclusão é de que a cooperação e a interdependência geram relações de reciprocidade de ganhos mútuos, onde cada Estado passa a interagir de maneira harmônica e delimita ganhos reais para cada unidade em interação.

De posse desse conhecimento prévio, Keohane e Nye traçam a interdependência complexa, calcada em três eixos principais. A primeira são os canais múltiplos de contatos interestatais, transgovernamentais e transnacionais, levando em conta outros

atores que não os estatais. De fundamental relação, esses fatores transnacionais cada vez mais determinam as políticas dos governos ao longo dos tempos, e fomentam novos traçados políticos, com base nesses atores não estatais. A segunda característica é a ausência de hierarquia na agenda internacional, onde, não mais, apenas a segurança é o tema chave entre os países, mas o meio ambiente e a economia são variáveis que determinam novas escalas de interação e tem tanta importância nas políticas internacionais quanto à segurança. A terceira característica é que o uso da força é uma medida desnecessária.

A Cooperação Sul-Sul tem lastro inicial na fraqueza política dos países de terceiro mundo, não apenas pela ordem doméstica, mas também pela alocação de poder e assimetria na distribuição desse poder no sistema internacional, a vulnerabilidade está calcada na política interna e externa, sendo que a capacidade dos países do sul encontrase limitada, tendo sido chamados à época pela nomenclatura de países de “terceiro mundo”. Os Estados do Sul, dada a essa assimetria, são sujeitos a pressões externas que pendem a balança contra eles, visto sua enorme dependência para com o eixo do norte.

Desta feita, na visão de Patrícia Soares Leite:

(...)A cooperação do Brasil com o Sul decorreu do esforço de universalização que, por sua vez, significou uma maneira de reduzir a concentração da ação externa do país em um ou poucos países desenvolvidos. Por meio da multiplicação de contatos bilaterais, regionais e multilaterais, buscou-se o desenvolvimento econômico do país e projeção política condizente com suas potencialidades, sem prejuízo das relações com o Norte. Supôs-se, todavia, que o quadro sistêmico internacional e os condicionantes internos foram mais permissivos à cooperação com o Sul no primeiro Governo Lula (...)**os países de terceiro mundo advogam um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem<sup>21</sup>, diverso daquele lastreado em modos de alocação de mercado que prevaleceu desde fins da Segunda Guerra Mundial.** (LEITE, 2011, PÁG. 10 e 32)

Traça assim um programa metapolítico entre os países do sul que envolvem entre outros acordos internacionais de *commodities* sobre produtos agrícolas e Sistema Geral de Preferências sobre bens industriais; soberania interna sobre a política demográfica e exploração de recursos naturais e atividades econômicas, códigos de conduta que disciplinem a atuação das companhias multinacionais; transferência automática dos fluxos de ajuda internacional ao desenvolvimento. Os Estados do terceiro mundo então, buscam a cooperação na ordem do fortalecimento conjunto frente

aos Estados desenvolvidos. **E essa nova força política do terceiro mundo é explicada pela teoria da dependência.**

Sendo assim, calcados na teoria da dependência, os países do “terceiro mundo”, buscam conjuntamente traçar políticas de cooperação para fazer frente ao poder assimétrico em favor dos países do Norte. Caracterizada pelo enfoque multidisciplinar, a teoria da dependência foi desenvolvida para compreender os fenômenos da América Latina nos anos 60:

(...)“o fosso que os separava dos países ricos aprofundava-se e pressões inflacionárias, pobreza e marginalização cresciam a largos passos. Diante dessa realidade, cientistas sociais, ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), concluem que a recente modernização econômica não havia superado o subdesenvolvimento e envidam esforço analítico para compreender o fenômeno.” (LEITE, 2011, PÁG. 35)

Fernando Henrique Cardoso nos remonta a história intelectual da Teoria da Dependência, e assim nos explica:

“Isto ocorre também com a noção de dependência. Por certo, mesmo sem remontar para trás do Século XX, na pena de Lenin e de Trotsky, por exemplo, a expressão dependência ocorreu com uma certa frequência. Da mesma maneira a referência a dependência é comum em autores que, elaborando o óbvio, se referem a situações de dominação. Lenin formulou, com simplicidade, o principal sobre a dependência como uma articulação entre duas partes de um mesmo modo de produção e sobre a subordinação de um modo de produção a outro.” (CARSO, pág 58)

Fernando Henrique Cardoso, foi o maior teórico da Teoria da Dependência, e em seus ensaios, explicita a guerra ideológica em torno da CEPAL nos anos 80, onde liberais e marxistas discordavam dos Estudos e conclusões Cepalinas, onde divide os teóricos em ortodoxos e liberais ortodoxos. Contudo, ressalta o autor exatamente o fosso entre os países do sul e do norte, sem contudo criticar os trabalhos da CEPAL quanto ao seu alcance e as lacunas teóricas.

Ipsis literis:

*“É clara a posição cepalina sobre as consequências da tendência ao declínio dos preços nos produtos primários em condições de oferta ampla de mão de obra e de aumento da produtividade, enquanto o mesmo processo não ocorre nos países desenvolvidos. Ela ocasiona uma menor capacidade de acumulação na periferia, abrindo, portanto, o debate em torno da necessidade de acumulação de uma política específica para promover acumulação e desenvolvimento” (CARDOSO, pág 24)*

Nos seus ensaios, Fernando Henrique ainda trás longas análises tanto sobre a teoria quanto também aos teóricos, expondo que:

*“não se pode dizer que os “dependentistas” hajam negligenciado a caracterização que lhes pareceu fundamental na análise estrutural do subdesenvolvimento: A interrelação entre as economias centrais e periféricas como fenômeno global.(...) A reprodução da dependência dá-se basicamente de dois modos: aumenta o desequilíbrio crônico entre a geração de divisas e a necessidade de importações; por outro lado, o funcionamento do sistema produtivo industrial da periferia continua a requerer a importação de equipamentos e tecnologia que são fabricados e criados em países do centro. Os dois fenômenos se inter-relacionam e derivam da acentuação do que na linguagem cepalina se chamava de “insuficiência dinâmica da capitalização” (CARDOSO, pág 12)*

Temos assim que o autor começa a dar enfoque na análise das relações entre norte e sul e nas consequências econômicas dessa relação, que são as consequências tanto fáticas quanto ligadas as conclusões dos economistas e principalmente da CEPAL. A divisão de pensamento entre os liberais e os marxistas que, ambos, abominavam muitas vezes as teorias da CEPAL traçavam um fundo crônico para a busca efetiva da modernização e desenvolvimento na América Latina.

A Teoria da Dependência tem um enfoque num problema real e busca, ao contrário de muitas teorias, a solução para o diagnóstico. Diagnosticado uma diferença de desenvolvimento entre norte e sul, e uma dependência do sul para com o norte, que gera as disparidades econômicas que afundam ainda mais os países do sul na pobreza, os teóricos dependentistas e a CEPAL focaram na solução e no desenvolvimento econômico do sul e sua independência para com os países do norte.

Conforme lemos em Patrícia Soares Leite:

*“Quando, na década de 60, evidenciou-se que a industrialização latino-americana não conseguira superar o subdesenvolvimento, estudiosos, como Osvaldo Sunkel, Theotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso, procuraram demonstrar que a modernização da região estava profundamente influenciada pelo sistema econômico mundial do pós-Segunda Guerra Mundial. Os países centrais continuavam a comandar o crescimento econômico, não mais via produção de bens industriais, mas via a atuação de suas companhias multinacionais. Essas corporações passaram a controlar os fluxos de investimento direto estrangeiro, de comércio, ditando o crescimento da economia mundial.*

*Como resultado, novo tipo de relação inaugurava-se: a dependência, das nações periféricas em relação ao capital, à tecnologia e às decisões tomadas pelas companhias multinacionais em suas sedes nos países centrais.” (LEITE, 2011, PÁG. 35)*

Fernando Henrique, ainda sobre a CEPAL, nos indica que, “a crise teórica pela qual passou a explicação cepalina e sua deficiência da compreensão das transformações

que ocorreram na economia mundial não foi, entretanto, puramente negativa.” (CARDOSO, pág 48)

Sobre a dicotomia necessária desenvolvimento/subdesenvolvimento, expõe Luiz Toledo de Machado:

*Na verdade, a interpretação natural do desenvolvimento/subdesenvolvimento envolve conceitos derivados do marxismo-leninismo pela via francesa e da versão estruturalista dos estudos da Cepal, que concebeu por algumas vertentes o estudo do atraso e a dependência da região, bem como as alternativas de crescimento, consoante as perspectivas ideológicas dos seus tratadistas. E não poderia ser de outro modo, pois a teoria sociológica norte-americana liberal e utilitarista estava voltada para o princípio da estabilidade e não da mudança ou ruptura, pouco ou nada podendo contribuir para o esclarecimento do subdesenvolvimento. O não-reconhecimento da questão nacional como chave para o desenvolvimento redundou no que aconteceu no Brasil e demais países da América Latina, a industrialização dependente conforme Celso Furtado, ou ainda associada, em que os grupos oligopolistas transnacionais assimilaram o setor econômico nacional e dominaram o mercado. (MACHADO, pág 202)*

Essa linha de Machado, não foge ao eixo central da Teoria da Dependência e da análise feita por FHC, nos mostrando ainda a questão dicotômica da teoria liberal da estabilidade, que é oposto do desenvolvimento necessário para a América Latina, e que impõe uma estagnação e dependência forçada dessa.

Contudo, esse trabalho não visa analisar a fundo a teoria da dependência, mas sim, uma das consequências principais dessa teoria que foi a Cooperação Sul-Sul, também não se tratando esse texto de um estudo sobre o cerne da Cooperação Sul-Sul, sendo essa apenas uma raiz para o nosso raciocínio, passamos a análise mais concreta dessa Cooperação. Cabe apenas dizer, que tal Cooperação, vem desde a Década de 70, se mostrando como um esteio e um contraponto as políticas hegemônicas do Norte, sendo fundamental para os países do Sul para a busca de seu desenvolvimento e avanços econômicos.

A tomada de decisão de forma conjunta entre os países do Sul envolvidos, traduz-se na defesa comum, por eles, de um regime internacional que possa ser capaz de corrigir a distribuição desigual do poder e de garantir aos países em desenvolvimento maior bem estar econômico e controle político no cenário internacional. (LEITE, 2011)

No contexto que queremos expor nesse trabalho, nos interessa traçarmos a via de Cooperação transregional, entre a China e a América Latina, mais especificamente o Brasil, no que tange as parcerias e comércio de Recursos Energéticos, mais especificamente o Petróleo.

Distinguimos assim as formas de Cooperação Sul-Sul.

<sup>1</sup>Exposta dessa forma, a Cooperação Sul-Sul se apresenta muito ampla e multifacetada, pelo qual devemos abordá-la nos seus mais variados aspectos e dimensões. Por uma parte, em termos geográficos-espaciais, pode produzir-se Cooperação Sul-Sul em âmbito regional (no nosso caso por exemplo, com os países da América do Sul), e no contexto inter-regional (é o que ocorre entre Regiões, ou seja, entre os países da América do Sul e África – ASPA – ou América do Sul e países Arabes – ASA), ou transregional (como o caso da Associação entre Índia e Brasil e África do Sul – IBSA - ) (LECHINI, 2012, pág 18. Tradução nossa)

Como dissemos, as relações entre a China e a América Latina são transregionais, e tem-se mostrado fundamentais para os dois países.

E não se trata de um fenómeno novo e isolado. O aumento do comércio da América Latina no geral tem sido destaque em muitas análises. Não tão expansivo quanto na Ásia, o comércio da América Latina triplicou nas ultimas duas décadas, segundo relatórios do HSBC. Após um período inicial de fechamento para o crescimento da industrialização, nos pós-segunda guerra; nos anos 90 intensificou-se o comércio e a abertura da América Latina. (LATAM TRADE FLOWS, 2013, HSBC) Nesse contexto de expansão, as atividades e relações econômicas entre a China e América Latina começaram a se intensificar efetivamente a partir de 2001 e 2002, tornando-se processos mais consistentes em 2004 e 2005. (VADELL, 2011)

Segundo relatório da CEPAL de 2010, relação comercial é intensa entre América Latina e Caribe com China, sendo que esse último se mostra um grande exportador de gêneros alimentícios como arroz e algodão, mostrando que o caráter não é apenas de importação de recursos naturais e *commodities* por parte da China. (ROSALES, KUWAYAMA, 2010) Dentro da conjectura das relações Sul-Sul, muitos países traçam estratégias conjuntas, e muitos são os novos acrônimos que exteriorizam a enorme gama de relações conjuntas entre os países periféricos.

Contudo nos prendemos aqui apenas as relações entre a China e a América Latina, e o quanto essas se potencializaram e tem muito a crescer nos próximos anos. Apesar de China afirmar que as relações são estritamente comerciais, são quatro objetivos fundamentais das relações da China com a América Latina. Em primeiro lugar

---

<sup>1</sup> Explicitada así, la Cooperación Sur-Sur se presenta muy amplia y multifacética, por lo cual es preciso abordarla en sus variados aspectos y dimensiones. Por una parte, en términos geográfico-espaciales, puede producirse cooperación Sur-Sur en el ámbito regional (en nuestro caso, por ejemplo, con los países de América del Sur), en el contexto inter-regional (la que se desarrolla entre regiones, es decir entre los países de América del Sur y África- ASPA o América del Sur y Países Árabes- ASA) o trans-regional (como el caso de la asociación entre India, Brasil y Sudáfrica -IBSA).

a busca por recursos naturais e commodities, em segundo, a necessidade diplomática para o reconhecimento da China ao invés de Taiwan, o apoio nos foros multilaterais, em terceiro lugar e por ultimo o mercado consumidor que é a America latina. (VADELL, 2011)

### Quadro 1: Comercio da América Latina 2001-2011

Fonte: HSBC/2013

**Table 1: Share in Latin American exports and imports (%)**

	Exports		Imports	
	2001	2011	2001	2011
World	100	100	100	100
US	57.8	39.6	48.4	30.6
Europe	11.9	12.7	15.7	14.2
UK	1.8	1.1	1.3	1.0
Eurozone	9.5	10.7	13.0	11.9
Asia	5.6	18.2	10.7	26.5
China	1.7	9.9	2.8	15.1
India	0.4	1.5	0.4	1.3
Africa	1.2	2.1	1.6	2.2
LatAm	11.9	13.4	12.7	14.7
Rest of the World	11.7	14.0	10.9	11.8

Source: UNCTAD Stat, HSBC

A leitura do quadro nos mostra o quanto as relações comerciais em 10 anos tem dado uma importante guinada para os países periféricos, especialmente a Ásia e a China. Neste contexto, os analistas do HSBC, no Relatório “LatAm Trade Flows” delimitam a China como “The Game Changer”, na medida que as relações com o Dragão tem se intensificado de maneira surpreendente, certo que <sup>2</sup>“a ascensão da China como uma das grandes economias do mundo tem sido um elemento chave para a mudança da dinâmica comercial da América Latina nas ultimas duas décadas.” (LATAM TRADE FLOWS, 2013, HSBC, pág 9, tradução nossa)

### Quadro 2: Comercio entre China e América Latina

Fonte: HSBC 2013

<sup>2</sup> The emergence of China as one of the largest economies in the world is the key element of change in LatAm’s trade dynamics over the last decade or so.

**Table 3: Exports from LatAm to CHINA and US (% of total)**

Exports in:	to: CHINA				US			
	1995	2000	2005	2011	1995	2000	2005	2011
Argentina	1.4	3.0	7.9	7.4	8.6	12.0	11.4	5.1
Brazil	2.6	2.0	5.8	17.3	18.9	24.3	19.2	10.1
Chile	1.8	5.0	11.6	22.8	13.4	16.5	16.1	11.2
Colombia	0.4	0.2	1.1	3.5	35.6	50.4	41.8	38.5
Mexico	0.0	0.2	0.5	1.7	83.4	88.2	85.8	78.7
Panama	0.2	0.1	0.5	0.5	12.9	20.1	13.2	15.9
Peru	6.4	6.4	10.9	15.3	17.2	28.0	30.7	13.3
Uruguay	5.9	4.0	3.5	14.6	6.0	8.3	23.2	3.1
Venezuela	0.1	0.2	1.4	13.4	53.5	57.6	59.9	50.3
LatAm	1.2	1.2	3.7	9.9	47.0	60.3	51.5	39.6
South America	1.9	2.2	6.0	14.7	23.0	30.2	27.7	18.3

Source: UNCTAD Stat, HSBC

Na corrente aferição numérica apresentada no Relatório, salta aos olhos, como em pouco mais de 10 anos houve uma mudança inequívoca nas relações comerciais com a China, tomando como parâmetro o decréscimo dessas relações com o parceiro mais importante até então que é os Estados Unidos. Não é forçoso concluir, dessa feita, que as relações entre a China e América Latina vem crescendo vertiginosamente nos últimos anos, e que se baseiam na exportação de petróleo, metais e commodities para a China em troca de manufaturados, e que em relação ao petróleo a tendência são ainda mais acordos.

Como já analisamos previamente, o Brasil tem uma importância maior no cenário da Cooperação Sul-Sul entre a América Latina e a China. Em termos concretos, o Brasil salta como a grande liderança regional, compõe os BRIC'S juntamente com a China, e vem sendo o grande parceiro comercial daquela nos últimos anos. Desde 2009, a China tem sido a principal parceira comercial do Brasil. O Brasil tem sido um dos maiores alvos de investimentos diretos estrangeiros da China. (VADELL, 2013). Geograficamente, segundo o “LatAm Trade Flows” de 2011, a relação bilateral com maior especialização em exportação de commodities tem sido com a China. (LATAM TRADE FLOWS, 2013, HSBC)

O Relatório da CEPAL de 2010 tem a mesma leitura, tomando como base os Estados Unidos, avistam também a diminuição das relações comerciais com esses e ressaltam o aumento considerável das parcerias com a China. Em 2009, segundo o relatório, as exportações para a Ásia já eram 15% das exportações totais da região, sendo que a China representa metade desse comércio. (ROSALES, KUWAYAMA, 2010)

Temos assim que essa nova ênfase na cooperação sul-sul e a busca chinesa por novos parceiros tem privilegiado a América Latina, e não obstante, os números não mentem ao nos mostrar o vertiginoso comércio entre a China e a América Latina, cada vez mais crescente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Temos então, partindo da Teoria da Dependência, que desde a década de 60, há uma análise profunda das relações entre o eixo dos países do norte e os países do sul, numa esfera de dependência de subdesenvolvimento dos países do sul. Isso se dá pela questão da assimetria e da exploração entre o norte e o sul.

Inúmeros teóricos, entre eles o Fernando Henrique Cardoso, analisaram a questão dependentista e diagnosticaram o que trazia o subdesenvolvimento aos países do sul, além da análise mais específica das políticas da CEPAL.

Dentro desse contexto, emerge a cooperação sul-sul, como uma nova forma de se fazer política externa nos países do eixo sul, que visam a cooperação e desenvolvimento conjunto. Nessa ordem, a China tem se mostrado uma nova parceira da América Latina, numa relação de cooperação, no estilo “ganha-ganha”, ganhando cada vez mais força ao longo dos anos.

Os números mostram o quanto essa cooperação tem avançado e sua importância para o desenvolvimento dos países relacionados, e o quanto eles logram e sem tornar potências médias, num novo eixo de desenvolvimento, cada vez mais abandonando a alcunha de países subdesenvolvidos.

### **BIBLIOGRAFIA:**

BENACHENHOU , Abdellatif, **Países Emergentes**. Brasília. Ed. Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique, *As ideias e seu lugar: Ensaio sobre a teoria do Desenvolvimento*. Cadernos do CEBRAP n. 33. Editora Vozes. 1980.

HSBC GLOBAL RESEARCH, **The Southern Silk Road Turbocharging** 'South-South' economic growth. 2011. Documento Eletrônico. Disponível em < <https://www.research.hsbc.com/midas/Res/RDV?p=pdf&key=w1nnmpf6yc&n=299714.PDF>> Acesso em: 13 de jan. 2014)

HSBC GLOBAL RESEARCH, **LatAm trade flows Expanding, diversified and increasingly South-South**. 2011. Documento Eletrônico. Disponível em

< <https://www.research.hsbc.com/midas/Res/RDV?p=pdf&key=U00EyMNPQq&n=357776.PDF>> Acesso em 03 fev 2014.

KUWAYAMA, ROSALES, Oswaldo e Mikio. **The People's Republic of China and Latin America and the Caribbean: towards a strategic relationship.** CEPAL 2010. Documento eletrônico. Disponível em < [http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/39521/china\\_latina\\_america\\_caribbean\\_strategic\\_relationship\\_906.pdf](http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/39521/china_latina_america_caribbean_strategic_relationship_906.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2013.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.** Ed.Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2011.

LECHINI, Gladys. **Argentina y Brasil: proyecciones internacionales, Cooperación Sur-Sur e integración.** Documento Eletrônico. Documento Eletrônico. Disponível em <http://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/2649>

MACHADO, Luiz Toledo. A Teoria da Dependência na América Latina. Documento Eletrônico. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100018&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100018&script=sci_arttext)

SHAMBAUGH , David, **China Goes Global – The Partial Power**, New York. Oxford University Press, 2013.

SATO, Eiiti. Economia e Política das Relações Internacionais. Ed. Fino Traço. Belo Horizonte, 2012.

VADELL, **A china na America do Sul e as implicações geopolíticas no consenso do pacífico.** Documento Eletrônico. Disponível em <[http://www.academia.edu/1281706/A\\_China\\_na\\_America\\_do\\_Sul\\_e\\_as\\_implicacoes\\_geopoliticas\\_do\\_Consenso\\_do\\_Pacifico\\_China\\_in\\_South\\_America\\_and\\_the\\_geopolitical\\_implications\\_of\\_the\\_Pacific\\_Consensus](http://www.academia.edu/1281706/A_China_na_America_do_Sul_e_as_implicacoes_geopoliticas_do_Consenso_do_Pacifico_China_in_South_America_and_the_geopolitical_implications_of_the_Pacific_Consensus)> Acesso em 11 out. 2013

VADELL, **The North of the South: The Geopolitical Implications of “Pacific Consensus” in South america and the Brazilian Dilemma.** Documento eletrônico: Disponível em < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/lamp.12004/pdf>> Acesso em 26 jan. 2014